

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 901.971 - RN (2016/0118595-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AGRAVADO : MARIA ALZILEIDE DOS SANTOS RODRIGUES
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FRANCISCO DAS CHAGAS MEDEIROS E OUTRO(S) - RN004218B

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 413 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ACÓRDÃO QUE CONFIRMA EM PARTE A DECISÃO DE PRONÚNCIA. DECOTE DE QUALIFICADORA. AUSÊNCIA DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *"É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar se, ao final da primeira fase do procedimento escalonado do júri, há provas ou não para pronunciar, impronunciar, desclassificar ou absolver sumariamente o acusado, bem como verificar se, por ocasião da decisão de pronúncia, eventual qualificadora se mostra improcedente ou descabida. Incidência do enunciado 7 da Súmula deste STJ."* (AgRg no AREsp n. 636.030/BA, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 1º/3/2016, DJe 9/3/2016.)

2. Na hipótese vertente, o Tribunal de origem concluiu, por maioria, que não estaria caracterizada a futilidade com a qual o delito de homicídio teria sido perpetrado, visto que a chantagem não teria sido desproporcional. No entanto, ao compulsar o acórdão recorrido, não consta do referido aresto o inteiro teor do voto vencedor, a despeito de o agravante ter sido instado a proceder a juntada do referido voto, decisão essa imprescindível para o deslinde da controvérsia, porquanto nela estariam (ou deveriam estar) elencadas as razões pelas quais o(a) Desembargador(a) vencedor(a), no particular, teria encaminhado o voto no sentido de decotar a qualificadora, e, sem a cópia dessas razões, a moldura fática trazida a esta Corte Superior, quanto a esse capítulo

decisório, limita-se ao fundamento de que o Tribunal de origem "*entendeu, por maioria, pela exclusão da qualificadora do motivo fútil, alegando que a chantagem não é desproporcional ao ato homicida supostamente cometido pela ré*". E, nesse contexto, para que fosse possível a análise da pretensão recursal, seria imprescindível o reexame dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial em virtude do que preceitua o verbete n. 7 da Súmula desta Corte.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019 (data do julgamento).

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator